



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 9 de novembro de 2021
(OR. en)

13724/21

ECOFIN 1070
UEM 339

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

data: 9 de novembro de 2021

para: Delegações

n.º doc. ant.: 13171/21

Assunto: O futuro do Semestre Europeu no contexto do Mecanismo
de Recuperação e Resiliência

– Conclusões do Conselho (9 de novembro de 2021)

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre o futuro do Semestre Europeu no contexto do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, aprovadas pelo Conselho na sua 3822.^a reunião, realizada em 9 de novembro de 2021.

**O FUTURO DO SEMESTRE EUROPEU NO CONTEXTO DO MECANISMO DE
RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA**

– CONCLUSÕES DO CONSELHO –

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA:

1. OBSERVA que, em 2020, o quadro para a coordenação anual das políticas económicas, orçamentais e de emprego em toda a União Europeia, conhecido por Semestre Europeu, foi objeto de um ajustamento temporário devido à pandemia de COVID-19, a fim de fazer face às consequências sanitárias e socioeconómicas negativas. As novas circunstâncias económicas e a resposta europeia à crise da COVID-19 levaram a que se procedesse a um ajustamento temporário do Semestre Europeu também em 2021, tendo as orientações estratégicas incidido exclusivamente nas políticas orçamentais, uma vez que as atenções se centraram na elaboração, adoção e execução dos planos de recuperação e resiliência.
2. CONGRATULA-SE com o facto de o ajustamento do Semestre Europeu em 2020 e 2021, nomeadamente no que diz respeito às orientações orçamentais, ter contribuído para a coordenação das medidas estratégicas destinadas a combater eficazmente a pandemia, sustentar a economia e apoiar uma recuperação sustentável. ESTÁ DE ACORDO em que, também durante este período excecional, o Semestre Europeu provou ser um quadro credível e flexível para a coordenação das políticas económicas, orçamentais e de emprego da UE.
3. SUBLINHA que o Semestre Europeu e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência deverão, sem duplicações, continuar a combater o impacto da crise e a contribuir para reforçar a resiliência económica e o crescimento sustentável, dinâmico e inclusivo a longo prazo, aumentando assim a convergência entre as economias da UE. SALIENTA que o Semestre Europeu deverá continuar a assegurar uma supervisão abrangente das políticas orçamentais, financeiras, económicas e de emprego e deverá acompanhar de perto os riscos e desafios subsistentes e em evolução, identificar lacunas nas políticas e assegurar o seu seguimento. O Semestre Europeu deverá prestar especial atenção à transição ecológica e digital, que deve ser um dos principais motores da recuperação; deverá promover o crescimento económico sustentável, o bom funcionamento dos mercados de trabalho e a inclusão social.

4. APELA a que os elementos centrais do Semestre Europeu sejam rapidamente retomados no ciclo de 2022, procedendo-se, em especial, à reintrodução dos relatórios por país e das recomendações específicas por país. SUBLINHA que é necessário ter em conta o processo de recuperação em curso, as incertezas que lhe estão associadas e a aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. SALIENTA que as recomendações específicas por país deverão centrar-se num amplo leque de desafios relacionados com as políticas económicas, orçamentais e de emprego, incluindo os que têm efeitos indiretos importantes.
5. SALIENTA que é necessário assegurar a complementaridade e explorar sinergias entre o Semestre Europeu e a aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, nomeadamente simplificando, sempre que possível, os requisitos em matéria de apresentação de relatórios, a fim de evitar encargos administrativos excessivos e sobreposições. AGUARDA COM EXPECTATIVA as primeiras orientações da Comissão sobre os requisitos nacionais em matéria de apresentação de relatórios e de acompanhamento, especialmente no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis aos programas nacionais de reformas anuais.
6. SUBLINHA a importância de um diálogo aberto com os serviços da Comissão sobre as políticas económicas, orçamentais e de emprego nacionais ao longo do ciclo do Semestre Europeu. Uma compreensão mútua alargada das necessidades estratégicas nacionais pode aumentar a apropriação nacional no âmbito do Semestre Europeu e contribuir para melhorar a execução das reformas políticas pertinentes. SALIENTA que, juntamente com a apropriação nacional, importa assegurar a transparência do processo.
7. RECORDA que a supervisão multilateral e as avaliações pelos pares conexas continuam a ser fundamentais na coordenação das políticas económicas da UE no âmbito do Semestre Europeu. SUBLINHA que a análise e recomendações estratégicas de elevada qualidade por parte da Comissão são fundamentais para a eficácia das avaliações multilaterais e das subsequentes medidas estratégicas nacionais.
8. RECONHECE a expectativa existente em relação à desativação, a partir de 2023, da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento. SALIENTA que é necessário salvaguardar a recuperação económica, tendo também em conta a incerteza das perspetivas económicas e os impactos assimétricos da atual crise, assegurando simultaneamente que a política orçamental seja flexível e ajustada às circunstâncias, e que a sustentabilidade orçamental seja preservada a médio prazo.

9. SALIENTA a importância de efetuar um acompanhamento contínuo da aplicação das recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu e de comunicar os resultados da avaliação anual dos progressos realizados na execução. A realização de balanços periódicos a nível da UE e as avaliações pelos pares conexas continuam a ser cruciais para promover a execução das reformas. OBSERVA que poderão ser necessários vários anos para aplicar com eficácia grandes reformas estruturais, pelo que RECORDA os possíveis benefícios de emitir recomendações estratégicas sobre as políticas económicas estruturais mais do que uma vez por ano, em conjugação com uma avaliação anual.
10. CONGRATULA-SE com o facto de o procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos continuar a ser aplicado também durante a pandemia de COVID-19 e no contexto do agravamento das incertezas económicas a ela associado, incluindo o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2021 e as apreciações aprofundadas publicados pela Comissão. APELA a que seja levado a cabo um acompanhamento atento da evolução dos desequilíbrios existentes e a que seja mantida a vigilância a fim de detetar e corrigir também novos desequilíbrios. RECORDA que a aplicação rápida e eficaz do Mecanismo de Recuperação e Resiliência pode contribuir para a correção e prevenção de desequilíbrios.
11. TENCIONA realizar debates aprofundados sobre a análise da governação económica, que foi relançada pela Comissão em 19 de outubro, e as suas potenciais implicações para o funcionamento do Semestre Europeu, especialmente no que diz respeito ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e ao procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos.